



Programa FORMAR EAD

*O sujeito pensante não pode pensar sozinho;
não pode pensar sem a coparticipação de
outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto.*

Não há um 'penso', mas um 'pensamos'.

*É o 'pensamos' que estabelece o 'penso'
e não o contrário.*

*Esta coparticipação dos sujeitos no ato
de pensar se dá na comunicação.*

*O objeto, por isso mesmo, não é a incidência
terminativa do pensamento de um sujeito,
mas o mediador da comunicação.*

(FREIRE, 1982)

Sumário

Apresentação.....	2
Justificativa	4
Marco Legal	8
Objetivo Geral	10
Objetivos Específicos da Aprendizagem	10
Público-Alvo.....	12
Metodologia	13
Estrutura	14
Projeto pedagógico	14
Carga horária	15
Linhas de Desenvolvimento	15
Linhas de Ação	17
Avaliação e Acompanhamento dos Processos de Ensino e Aprendizagem.....	22
Indicadores de Desempenho.....	25
Conclusão	26
Referências Bibliográficas	28
Quadros de Indicadores de Desempenho do Programa Formar EaD.....	30
Indicadores Gerais do Programa Formar EaD	31
Indicadores Específicos por Área Temática.....	32



Apresentação

A Secretaria do Meio Ambiente (Sema), em sintonia com os objetivos do Governo da Bahia, tem concentrado esforços para descentralizar a gestão pública e fortalecer a gestão ambiental, em cumprimento ao estabelecido na legislação ambiental e nas Constituições Federal e Estadual. Em linha com este posicionamento, por meio da Diretoria de Estudos Avançados do Meio Ambiente (Deama), a Sema apresenta o Programa de Formação em Meio Ambiente e Recursos Hídricos em sua modalidade à distância: Formar EaD.

Originalmente, o Programa Formar, na modalidade presencial, tem como objetivo oferecer ações de desenvolvimento de pessoas em sintonia com as demandas do Sistema Estadual do Meio Ambiente (Sisema) e do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Segreh) potencializando recursos e esforços, mediante a implantação de um programa integrado de formação continuada, atendendo demandas de capacitação em todo o estado da Bahia, em parceria com o Inema e as Regionais de Meio Ambiente (Barreiras, Eunápolis, Feira de Santana, Itabuna, Juazeiro, Santa Maria da Vitória, Seabra, Senhor do Bonfim e Vitória da Conquista) e à Região Metropolitana de Salvador.

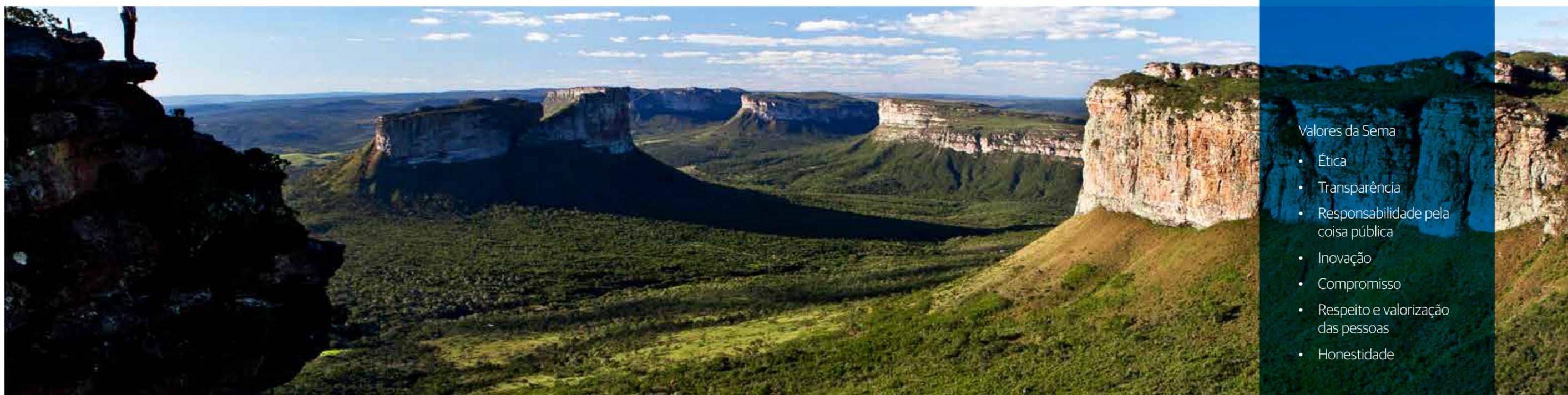
O Programa investe em processos de aprimoramento da gestão pública, dentre os quais, processos educativos, no intuito de criar as condições indispensáveis para o alcance da eficiência na implantação e execução de políticas

“O que se pretende com o diálogo, em qualquer hipótese (seja em torno de um conhecimento científico e técnico, seja de um conhecimento 'experiential'), é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível reação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la.”
(FREIRE, 1997)

públicas voltadas para gestão ambiental e recursos hídricos, além de incentivar a cooperação de agentes públicos, servidores, técnicos, gestores, membros de órgãos colegiados e demais representantes da sociedade civil com atuação na área ambiental para responder, com efetividade, às demandas da sociedade baiana.

Em sua versão EaD o Formar se aperfeiçoa e evolui com vistas a alcançar os 27 territórios de identidade da Bahia, que englobam os 417 municípios do Estado, contribuindo de maneira significativa para que a Sema cumpra seu propósito de aprimorar e expandir a oferta de capacitação e aperfeiçoamento de agentes públicos, servidores, técnicos, gestores, membros de órgãos colegiados e demais representantes da sociedade civil.

E, ainda, por meio da implantação do Programa na modalidade de ensino à distância, a Sema disponibiliza também um instrumento de gestão institucional, na medida em que os treinamentos e ou capacitações são necessários para que os servidores possam desempenhar melhor suas funções e, assim, contribuir para que os objetivos individuais e das instituições sejam alcançados.



Valores da Sema

- Ética
- Transparência
- Responsabilidade pela coisa pública
- Inovação
- Compromisso
- Respeito e valorização das pessoas
- Honestidade

Justificativa

A Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema), instituída pela Lei nº 8.538, de 20 de dezembro de 2002, tem por finalidade assegurar a promoção do desenvolvimento sustentável do Estado da Bahia, formulando e implementando as políticas públicas voltadas para harmonizar a preservação, conservação e uso sustentável do meio ambiente, com respeito à diversidade étnico-racial-cultural e à justiça socioambiental.

Atualmente, a Sema tem como órgão da administração indireta o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), criado pela Lei nº 12.212/2011, que busca promover a integração do sistema de meio ambiente e recursos hídricos do Estado da Bahia. Dessa forma, cria-se uma estrutura sinérgica, na qual os órgãos da área ambiental conservam suas atribuições, porém, com foco de política pública direcionada para objetivos complementares.

No cumprimento de sua missão de cuidar do meio ambiente para as presentes e futuras gerações, com políticas públicas socioambientais integradas, garantindo a expressão da vida em todas as suas formas, a Sema adota como diretrizes orientadoras:

- A integração das políticas ambientais e destas com as políticas setoriais públicas e privadas;
- A inserção da variável ambiental nas políticas de desenvolvimento sustentável;
- A inclusão da dimensão econômica nas políticas ambientais;
- O fortalecimento e articulação entre os Sistemas de Recursos Hídricos e de Meio Ambiente;
- O fortalecimento do controle ambiental e do controle social na gestão e execução das políticas públicas.

*"Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa.
Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre."
(FREIRE, 1983)*

Princípios da Sema

- Participação social
- Foco em resultados
- Legalidade
Moralidade
- Publicidade
- Eficiência
- Impessoalidade
- Prevenção
- Prevenção
- Defesa do Patrimônio natural
- Justiça ambiental com equidade e dignidade da pessoa humana
- Sustentabilidade

A Sema também tem como atribuição a realização de ações nos campos da sustentabilidade, mudanças climáticas (adaptação e mitigação), recuperação de áreas degradadas, proteção de biomas e criação de corredores ecológicos, articulado às mudanças estruturais e dos marcos legais que visam ampliar a proteção e a qualidade de vida e do meio ambiente na Bahia.

Em consonância à Visão de excelência em gestão socioambiental inovadora e participativa, a Sema colabora para o fortalecimento da gestão ambiental nos municípios mediante a implantação do Programa de Gestão Ambiental Compartilhada (GAC), que ajuda a consolidar os dispositivos legais mínimos para a estruturação sistêmica da gestão ambiental local, em reconhecimento à importância de atuação dos municípios.

Para a efetivação das ações que integraram o GAC, a Sema desenvolve e implanta o Programa Formar, ofertando cursos para ampliar e aprofundar competências e fomentar a cooperação de agentes públicos, servidores, técnicos, gestores, membros de órgãos colegiados e demais representantes da sociedade civil com atuação na área ambiental, para juntos interagir em na gestão ambiental integrada, realizando seu papel de protagonistas.

O Programa Formar, estruturado em importantes áreas temáticas, aborda as principais questões ambientais do estado da Bahia, proporcionando formação inicial e continuada, abrangendo conteúdos nas áreas ambiental e de recursos hídricos.

Também em linha com o compromisso Sema de excelência em gestão socioambiental, de forma inovadora e participativa, e com objetivo de ampliar o alcance e atingir um maior número de agentes públicos estaduais e municipais, o Programa Formar passa a ser ofertado na modalidade à distância (EaD), resultando no desenvolvimento e aprimoramento de competências na área socioambiental com novas estratégias de atuação.

A tecnologia em EaD democratiza o acesso à informação, promovendo maior abrangência das práticas de ensino e aprendizagem, ao mesmo tempo em que reduz custos para realização das atividades de capacitação e aperfeiçoamento, proporcionando maior interatividade e autonomia aos participantes, que podem optar por realizar os treinamentos em hora e local de sua preferência sem dependerem de limitações logísticas e dos custos de deslocamento e gestão inerentes aos modelos tradicionais presenciais.

Dessa forma, espera-se que os resultados a serem obtidos reflitam positivamente na execução das diretrizes estabelecidas nas políticas do meio ambiente e de recursos hídricos do Estado, representando uma significativa ação para a obtenção de qualidade, eficiência, grau de abrangência e efetividade nos serviços públicos prestados ao cidadão.





Marco Legal

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 23, atribui à União, aos Estados e aos Municípios a competência comum para proteção do meio ambiente. As ações de cooperação deverão ser desenvolvidas de modo a garantir o desenvolvimento sustentável, harmonizando e integrando os sistemas de meio ambiente, nacional, estadual e municipal, nos termos do art.6º da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6938, de 31 de agosto de 1981).

O Governo do estado da Bahia, por meio da Sema e Superintendência de Políticas e Planejamento Ambiental (SPA), em atendimento à diretriz de apoio à descentralização da gestão pública do meio ambiente, estabelecida pela Resolução CEPRAM nº 4.327/13, estrutura e desenvolve o Programa de Gestão Ambiental Compartilhada (GAC), que tem como principal objetivo apoiar os municípios baianos para a adequação de suas estruturas municipais de meio ambiente.

Para atender ao estabelecido nesses marcos legais e referencial regulatório vigente, tornou-se prioritário para a Sema desenvolver e aprimorar competências na área ambiental, assim como disponibilizar novas estratégias de atuação e atualizar informações, em conformidade com o estabelecido, especificamente, na Lei Nº 12.212/2011,

“Participação da população por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis”
(Art. 204 da Constituição Federal de 1988)

que modifica a estrutura administrativa do Sistema Estadual de Meio Ambiente, nas Leis 10.431/2006, 11.612/2009 e 12.377/2011 e em seus regulamentos, que dispõem sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, a Política Estadual de Recursos Hídricos, e a Lei Complementar Nº 140/2011, que fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas relativas à proteção do meio ambiente, ao combate da poluição e à preservação das florestas, da fauna e da flora.

É neste contexto que se insere o Programa Formar EaD, parte do Plano Anual de Capacitação (PAC), elaborado em cumprimento ao disposto na Instrução 016/2015, que orienta quanto aos procedimentos referentes às ações de capacitação.

O Programa atende ainda os preceitos da Lei 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que, em seu Art. 80, estabelece que o Poder Público deverá “incentivar o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”.



Objetivo Geral

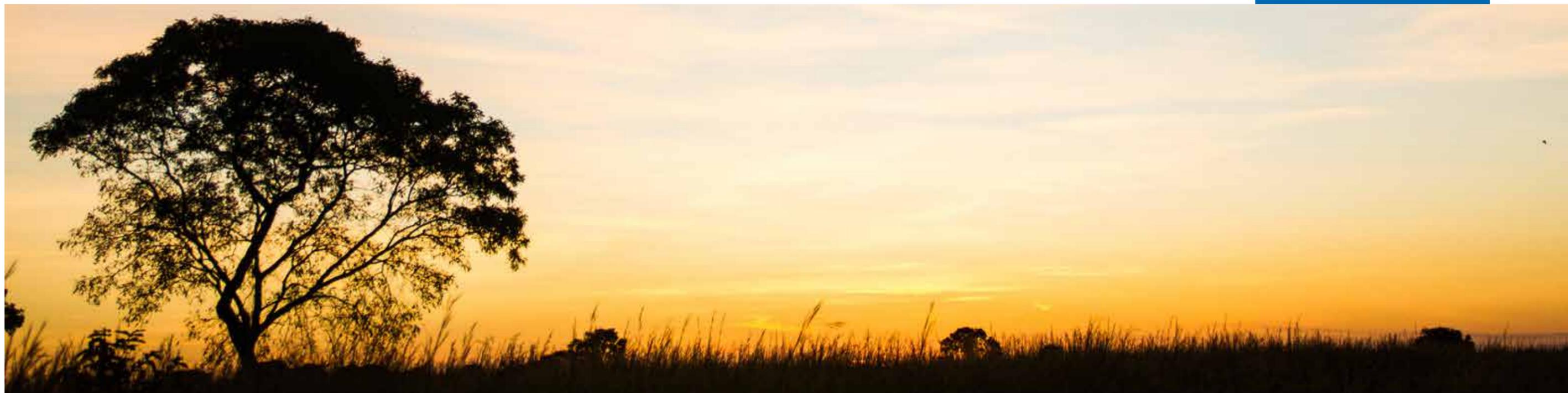
O Programa FORMAR EAD, como instrumento do PAC e por meio da expansão e ampliação da oferta de ensino e da disponibilização de recursos tecnológicos que permitem a troca de experiências e discussão de diferentes perspectivas, tem como objetivo a promoção da educação e a formação continuada dos agentes públicos, com atuação na área ambiental e que integram o Sistema Estadual de Meio Ambiente (Sisema) e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Segreh), contribuindo, dessa forma, para cumprimento das diretrizes estratégicas da Sema e Inema.

Objetivos Específicos da Aprendizagem

- Instrumentalizar os agentes de acordo com a legislação para atuarem estrategicamente na implementação das ações referentes à gestão ambiental e de recursos hídricos;
- Assegurar melhoria contínua na condução dos processos de Licenciamento Ambiental no Estado da Bahia, dos mais simplificados aos mais complexos;
- Criar condições necessárias para que os membros dos colegiados e profissionais que atuam em órgãos integrantes do Sisema e do Segreh possam cooperar para uma atuação efetiva na gestão ambiental integrada do Estado;

"Se a educação sozinha não transforma a sociedade sem ela tampouco a sociedade muda"
(FREIRE, 1987)

- Incentivar a atuação das instituições por meio de instrumentos legais e financeiros capazes de promover o equilíbrio ecológico, mantendo as condições ideais dos recursos naturais ou recuperando áreas e sistemas específicos;
- Aumentar os níveis de eficiência e eficácia no planejamento ambiental do Estado e dos municípios, fortalecendo a gestão ambiental compartilhada, mediante a adoção de instrumentos e ferramentas de gestão do território que permitam o adequado posicionamento para os problemas socioambientais;
- Promover a otimização da gestão ambiental do Estado mediante melhoria de desempenho na utilização dos Sistemas de Informações Geográficas;
- Assegurar efetividade na formulação, implantação, execução e avaliação de programas, projetos e planos ambientais e dos recursos hídricos do estado da Bahia;
- Contribuir para elaboração de estratégias e instrumentos de gestão integrada que possam minimizar práticas incorretas na utilização de recursos naturais, promover a conservação e recuperação da biodiversidade e o manejo sustentável da cobertura florestal;
- Fortalecer e ampliar a participação e controle social no âmbito da política de recursos hídricos e gestão pública das águas;
- Empoderar os atores sociais, conselheiros e gestores, envolvidos na conservação e gestão de áreas protegidas do Estado da Bahia e, conseqüentemente, fortalecer sua participação na gestão socioambiental do Estado.



Público-Alvo

A amplitude geográfica da Bahia, as características ambientais e hidrográficas típicas dos diferentes biomas que compõem o Estado: Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Zona Costeira e Marinha e, ainda, a diversidade étnico-racial-cultural da população e a heterogeneidade socioeconômica de seus municípios, refletem nas diferentes necessidades e características das populações.

Conseqüentemente, essas diferenças estão representadas e são consideradas em relação ao público-alvo do Programa Formar EaD, constituído por agentes públicos, servidores, técnicos, gestores, do Estado e dos municípios, membros dos órgãos colegiados e demais representantes da sociedade civil com atuação na área ambiental e que integram o Sistema Estadual de Meio Ambiente (Sisema) e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Segreh).

Metodologia

O Programa FORMAR EaD, como aperfeiçoamento do Formar na modalidade presencial, tem a proposta política pedagógica estruturada na teoria do Construtivismo, que procura inspirar a curiosidade, a fim de levar o participante a encontrar as respostas sobre questões que o cercam a partir de seus próprios conhecimentos, tendo por base as suas vivências e a interação com o ambiente no qual está inserido. Nesse sentido, o Construtivismo propõe que o educando participe ativamente do próprio aprendizado mediante atividades de experimentação e de troca de conhecimentos com os seus distintos pares.

Nessa linha de ensino-aprendizado, a forma como se constrói o saber inclui ações de descobrir, inventar, redescobrir, criar, sendo que aquilo que se faz, as ações, é tão importante quanto o "como" e o "porquê" se faz. A ênfase é conferida ao processo de aprendizagem e não apenas aos resultados em si. Deste ponto de vista, os cursos são desenvolvidos em um ambiente centrado no participante e não no professor.

A importância de aplicação desse método está em possibilitar o atendimento das diferentes demandas originadas tanto pela multiplicidade de realidades dos municípios baianos quanto da pluralidade de perfil dos participantes.

A promoção da educação e a formação continuada destinam-se ao empoderamento dos agentes públicos e demais atores sociais para intervirem, de modo qualificado, nos processos decisórios sobre o acesso aos recursos ambientais e seus usos.

Neste sentido, é necessário que tanto o conteúdo quanto a abordagem do Programa busquem superar assimetrias nos planos cognitivos e organizativos, em razão da multiplicidade socioeconômica e cultural dos envolvidos, indo além da disponibilização de informações e se dispondo a ser uma plataforma de troca de experiências e conhecimentos em busca da convergência e abordagens integradas de experiências e aprendizado.

O ambiente ensino-aprendizagem, sobre o qual são oferecidos os cursos, ao romper a barreira da distância física pela integração virtual, permite que pessoas com necessidades semelhantes, tanto em nível de informação quanto em amadurecimento dos instrumentos institucionais de gestão pública disponíveis no município ou região ao qual estão vinculadas, possam trocar experiências, discutir perspectivas e, até mesmo, produzir confluências e propor soluções para atendimento às demandas locais, a partir de uma visão sistêmica.

Estrutura

Os recursos metodológicos do FORMAR EAD estão ancorados na Moodle (um anacrônico de *Modular Object Oriented Dynamic Learning Environment* - ambiente modular de aprendizagem dinâmica orientada a objetos), uma plataforma de aprendizagem à distância baseada em *software* livre, desenvolvida de forma colaborativa por *designers* e programadores.

Nessa plataforma estão reunidos os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) e de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), os quais proporcionam maior autonomia e dinamismo aos educandos, transformando o raciocínio e o aprendizado em processos de exame crítico e de empenho contínuo para a busca de soluções úteis dos problemas por eles identificados.

Nas salas virtuais do AVA os participantes têm à disposição ferramentas que possibilitam o desenvolvimento intelectual e profissional, as quais podem colaborar para que aspectos diversos como o pensamento, a linguagem, a percepção, a memória e o raciocínio, sejam estimulados.

Essas atividades, organizadas sob a denominação de *Design* Instrucional, se desenvolvem no tempo, ritmo de trabalho e espaço em que cada participante se localiza, de acordo com uma intencionalidade explícita e um planejamento prévio que permite revisões e reelaborações por meio de avaliações contínuas.

O Programa FORMAR EaD faz uso do conceito de aprendizagem significativa em que o professor é o mediador e orientador do processo educacional, e o participante o construtor de seus conhecimentos.

Projeto pedagógico

Os pilares pedagógicos do Programa FORMAR EaD são: a estrutura didática, que diz respeito à elaboração do conhecimento disponível; a autoaprendizagem, que se relaciona diretamente com os diferentes materiais didáticos, as atividades de tutoria e o suporte tecnológico; e a avaliação, que é um instrumento presente nas fases inicial, processual e final.

Para a estruturação dos cursos foi escolhida a metodologia de planejamento educacional ADDIE, que significa: *Analysis* (Análise); *Design* (Desenho); *Development* (Desenvolvimento); *Implementation* (Implementação) e *Evaluation* (Avaliação), um recurso destinado a garantir o desenvolvimento de atividades de aprendizagem de forma sistemática, estabelecendo os princípios, os objetivos e os métodos de ensino mais adequados às intervenções

pretendidas, permitindo ter a visão geral do processo de aprendizagem e fazer as correções necessárias para garantir a sua efetividade.

As cinco etapas do Modelo ADDIE estão divididas em dois módulos: Concepção, que reúne a Identificação, a Especificação e a Produção; e Execução, que contempla a Ação e a Reflexão; os quais permitem evoluir, passo a passo, de maneira planejada, partindo da análise da situação contextual, passando pelo seu desenvolvimento até a avaliação final dos resultados.

Cada uma das etapas do modelo dispõe de "produtos" objetivos, por meio dos quais é possível materializar cada passo, identificar eventuais desafios, e refletir sobre o processo, os resultados e os aprendizados alcançados.

A fim de estimular a autoaprendizagem, os conteúdos dos cursos e os materiais didáticos estão disponibilizados de maneira amigável na plataforma AVA para serem acessados pelo participante de acordo com a sua conveniência, e seguindo os planos de aulas previamente definidos.

Trata-se de um ambiente centrado na valorização das potenciais características do estudante e não nas do professor, cujo papel, neste contexto, é orientar e ajudar o participante a construir conhecimentos com base nas suas habilidades e experiências, ao invés de simplesmente publicar e transmitir informações.

Visando apoiar os processos de aprendizagens, os participantes contam com a figura do tutor, um profissional integrado à equipe pedagógica, que tem condições de atender, pessoal ou remotamente, necessidades distintas durante todo o percurso de capacitação.

O Programa FORMAR EaD dispõe, também, de ferramentas de interação à disposição de professores, tutores e educandos, por meio das quais é possível acompanhar permanentemente cada participante, monitorar todas as etapas dos cursos, identificar eventuais ajustes de planejamento das aulas e das dinâmicas pedagógicas, e avaliar as performances individuais dos estudantes.

Carga horária

O Programa FORMAR EaD está organizado em 8 (oito) áreas temáticas, as quais contemplam 15 (quinze) cursos apresentados em módulos independentes, e com conteúdos específicos, totalizando mais de 600 horas de aula.

Linhas de Desenvolvimento

Em cumprimento às diretrizes estratégicas da Sema, as linhas de desenvolvimento do Formar EaD apresentam áreas temáticas com o objetivo de desenvolver e aprofundar competências de agentes públicos e de representantes da sociedade civil com atuação na área ambiental e de recursos hídricos que integram o Sistema Estadual do Meio Ambiente, Sisema, e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, Segreh.

Os temas abordados visam, ainda, incentivar a participação qualificada desses atores para atender com efetividade às demandas municipais e estaduais por estratégias, e instrumentos de gestão integrada, relacionados às políticas ambientais e de recursos hídricos, como segue:

Gestão Ambiental Estratégica	Proporcionar conhecimentos básicos necessários aos membros dos colegiados e aos profissionais que atuam em órgãos integrantes do Sisema e do Segreh, para fortalecer a tomada de decisões, formulação, implementação e avaliação de programas, projetos e planos ambientais, fomentando a cooperação para uma ação efetiva na gestão ambiental integrada do estado da Bahia.
Gestão Integrada dos Instrumentos da Política Ambiental	Colaborar na implementação dos diferentes instrumentos de Planejamento e de Comando e Controle das Políticas de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos.
Geotecnologia aplicada à Gestão Ambiental	Aprimorar a aplicação e utilização dos Sistemas de Informações Geográficas na perspectiva de otimizar a gestão ambiental do Estado.
Planejamento Ambiental	Planejar, implementar, desenvolver e aperfeiçoar a gestão ambiental compartilhada no estado da Bahia. Executar com eficiência e eficácia o planejamento ambiental do estado e dos municípios, fortalecendo a gestão ambiental compartilhada. Aplicar os instrumentos/ferramentas de gestão do território e de tomada de decisões para problemas socioambientais.
Manejo da Cobertura Florestal	Colaborar para desenvolver instrumentos de gestão integrada para o manejo eficiente e sustentável da Cobertura Florestal, com vistas à conservação e recuperação da biodiversidade.
Gestão Integrada da Fauna e Flora	Apresentar as principais formas de preservação e gerenciamento da fauna flora, incluindo os estudos, instrumentos e mecanismos de controle, como estratégia para minimizar práticas insustentáveis de utilização dos recursos naturais.
Gestão Integrada dos Recursos Hídricos	Contribuir para o fortalecimento e a ampliação da participação e controle social no âmbito da política de recursos hídricos, mediante a oferta de processos formativos para membros de Comitês de Bacia Hidrográfica, bem como de grupos sociais envolvidos nas atividades de gestão pública das águas.
Conservação da Biodiversidade	Promover, de forma integrada, a conservação da biodiversidade da Bahia, com vistas a ampliar e fortalecer a participação dos atores sociais na gestão socioambiental do Estado. Empoderar os atores sociais (conselheiros e gestores) envolvidos na conservação e gestão de áreas protegidas do Estado da Bahia.

Linhas de Ação

As linhas de desenvolvimento se desdobram em cursos compostos por:

- Conteúdos que contemplam a gama de diversidade dos múltiplos territórios que compõem o estado da Bahia e suas características específicas, visando atender as necessidades decorrentes;
- Fóruns destinados à discussão virtual e discussão escrita, em tempo real, permitindo que cada participante externar o seu parecer sobre o assunto proposto, estabelecendo assim, um espaço de troca de informações e experiências para aprimorar os conhecimentos necessários à tomada de decisões;
- Utilização de recursos educacionais que possibilitam explicar a didática e a comunicação dos conteúdos, valorizando os conhecimentos já detidos pelos participantes, ao mesmo tempo em que proporcionam a construção de novos entendimentos.

Áreas Temáticas e Respectivos Cursos

Gestão Ambiental Estratégica	Política e Gestão em Meio Ambiente e Recursos Hídricos: apresentar informações do contexto histórico e da legislação que coordena as representações sociais na perspectiva da Educação Ambiental no Brasil, a fim de instrumentalizar de forma pragmática os participantes e torná-los interventores socioambientais. Pretende que os participantes desenvolvam habilidades de compreender, interpretar e aplicar a legislação que versa sobre a gestão de meio ambiente no Brasil e no estado da Bahia, além de interpretar e intervir para resolver problemas socioambientais.
	Planejamento e Gestão Participativa de Colegiados Ambientais: proporcionar o entendimento das estruturas colegiadas, instrumentalizando esses atores para articulação, compreensão e aplicação de políticas públicas.
	Gestão de Conflitos Socioambientais: apresentar os aspectos inerentes à gestão de conflitos socioambientais e o papel das instâncias participativas locais e equipes técnicas governamentais neste processo. Objetiva que os participantes desenvolvam competências para selecionar as ferramentas legais e teóricas adequadas para solucionar conflitos socioambientais, bem como gerir, mediar e/ou negociar conflitos de maneira sustentável.

Gestão Integrada dos Instrumentos da Política Ambiental	<p>Licenciamento Ambiental: apresentar os principais tipos de Licenciamento Ambiental e a condução dos seus respectivos processos desde o licenciamento simplificado até o mais complexo (EIA-RIMA) no Estado da Bahia, de modo a promover habilidades e competências para que o participante possa conduzir/participar adequadamente dos processos de Licenciamento Ambiental no Estado da Bahia. Espera-se que os participantes desenvolvam habilidades para entender a importância do licenciamento como instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente, identificando suas principais especificidades, podendo assim, avaliar a qualidade dos estudos ambientais.</p>
	<p>Fiscalização Ambiental: apresentar os conceitos do Direito Ambiental, oferecendo uma visão geral da formação das políticas ambientais nos diferentes níveis de governo e dos respectivos instrumentos e meios de fiscalização, propiciando que os participantes entendam as características e aplicações das funcionalidades dos aspectos legais e práticos da Fiscalização Ambiental, compreendendo seus principais conceitos, a fim de atender com efetividade as demandas referentes à preservação, mitigação dos problemas ambientais, adequando os processos produtivos, atividades e empreendimentos à legislação ambiental brasileira e do estado da Bahia.</p>
	<p>Monitoramento Ambiental: desenvolver a compreensão e melhoria da relação das ações do homem com o meio ambiente, acompanhar, monitorar e supervisionar tais ações no âmbito das políticas públicas, bem como obter resultados positivos da atuação das instituições por meio de instrumentos legais e financeiros capazes de manter as condições ideais dos recursos naturais (equilíbrio ecológico) ou de promover a recuperação de áreas e sistemas específicos. Espera-se que os participantes desenvolvam habilidades para identificar e dimensionar a ocorrência e magnitude de impactos ambientais, realizando a identificação de seus diferentes aspectos.</p>
Geotecnologia aplicada à Gestão Ambiental	<p>Geoprocessamento aplicado à Gestão Ambiental e Recursos Hídricos: apresentar um breve histórico do Geoprocessamento e do Sistema de Informação Geográfica, bem como suas definições, capacitando os profissionais para utilizá-lo na área ambiental e de recursos hídricos, incluindo ferramentas de aplicação. Objetiva que os participantes desenvolvam como competências a capacidade para compreender a representação geográfica de elementos do mundo real associadas a um banco de dados, assimilando de forma adequada o processamento informatizado de dados georreferenciados.</p>

Planejamento Ambiental	<p>Captação de Recursos e Elaboração de Projetos Socioambientais: desenvolver capacidades e competências para a mobilização de recursos financeiros e na gestão de projetos socioambientais, sendo imprescindíveis a definição de indicadores e sistemas de monitoramento das ações, a formação da equipe e suas habilidades necessárias para atuações pertinentes. Espera-se que os participantes desenvolvam habilidades para investigar as necessidades que justificam possíveis intervenções socioambientais, identificando fontes de financiamento para projetos socioambientais, relacionando, selecionando e estruturando recursos legais, materiais e humanos para compor um projeto socioambiental.</p>
	<p>Planejamento Territorial Ambiental: capacitar atores que integram os Sistemas Estadual e Municipal de Meio Ambiente para que identifiquem e conheçam os diversos tipos de instrumentos de Planejamento Territorial Ambiental, com foco na estrutura e na articulação da implementação dos mesmos. Os participantes poderão assim, contribuir para o desenvolvimento de uma visão crítica sobre a escolha e a utilização desses instrumentos como ferramentas de gestão do território e de tomada de decisões para problemas socioambientais.</p>
Manejo da Cobertura Florestal	<p>Regularização Ambiental de Imóveis Rurais: contribuir para a contextualização com relação à regularização de propriedades rurais, baseando-se, principalmente, na Lei nº 12.651/12- Código Florestal - através de seus instrumentos e ações. Considerar igualmente à Lei da Mata Atlântica e outras que contribuem para o bom entendimento do arcabouço legal brasileiro; assim como os conceitos e suas inter-relações que se referem à temática da Restauração Ecológica, e os elementos básicos sobre a recuperação de áreas degradadas. Pretende-se que os participantes desenvolvam competência para realizar regularização florestal dos imóveis rurais e diferenciar a aplicação adequada da legislação.</p>
	<p>Restauração Ecológica em Propriedades Rurais - do diagnóstico ao monitoramento: fomentar a compreensão das questões mais importantes atinentes à restauração ecológica de áreas antropizadas, considerando-se as especificidades de cada ambiente, com destaque para os biomas cerrado, caatinga e mata atlântica. Objetiva ainda, fornecer informações técnicas ao aluno, permitindo que o mesmo possa realizar uma análise de áreas de diferentes estados de conservação e aspectos técnicos pertinentes à realização de seu diagnóstico e elaboração de um plano de restauração, execução e de seu posterior monitoramento. Anseia-se que os participantes desenvolvam habilidades para identificar as metodologias adequadas de restauração, a partir de diagnóstico ambiental, de acordo com cada situação, utilizando procedimentos operacionais para execução das ações de restauração em diferentes condições, utilizando corretamente, indicadores de desempenho.</p>

<p>Gestão Integrada da Fauna e Flora</p>	<p>Ecologia da Paisagem: apresentar o histórico e os principais instrumentos dessa área de estudos ambientais; fornecendo com conhecimentos teóricos e práticos, sobre as metodologias e também o uso prático de softwares (QGIS e seus plug-ins) para estudos ecológicos que incluem a análise da estrutura da paisagem com a influência humana, o uso da terra, seus padrões e processos espaciais. Objetiva que os participantes aprimorem competências para terem capacidade de elaborar e conduzir projetos, prevendo potenciais riscos referentes à sua aplicabilidade.</p>
<p>Gestão Integrada dos Recursos Hídricos</p>	<p>Gestão Pública das Águas: apresentar o histórico e os principais instrumentos legais associados à gestão dos recursos hídricos tendo como referência a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), instituída pela Lei 9433/97; a Política Estadual de Recursos Hídricos do Estado da Bahia e as estratégias a serem adotadas pelos Comitês de Bacias Hidrográficas do estado para a consecução dos seus objetivos. Com este curso, espera-se que os participantes conheçam os principais instrumentos legais relacionados à temática "recursos hídricos", fundamentando uma adequada avaliação da necessidade e da importância de se garantir os usos múltiplos da água, assegurando a correta operação dos Comitês de Bacias Hidrográficas do estado da Bahia, com as respectivas Câmaras Técnicas.</p> <p>Manejo de Recursos Naturais em Bacias Hidrográficas: capacitar os participantes para realizar o planejamento de uso sustentável dos recursos naturais em bacias hidrográficas como base de intervenção para a conservação dos solos e da água e planejamento ambiental rural. Os participantes poderão realizar planejamento agroambiental de bacias hidrográficas e unidades de produção agrícola, realizando sua caracterização fisiográfica, podendo assim, identificar processos de degradação dos recursos naturais, planejando seu uso sustentável.</p>
<p>Conservação da Biodiversidade</p>	<p>Avaliação Integrada de Impactos Socioambientais: apresentar as principais informações e ferramentas para realizar uma Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), considerando os meios físico, biótico e socioeconômico de forma integrada. Os participantes poderão desenvolver a capacidade de compreender o conceito de impacto ambiental e seus diversos aspectos associados, bem como desenvolver habilidades para caracterizar empreendimentos, identificar áreas de influência, prever impactos socioambientais, podendo assim, planejar programas ambientais adequados.</p>





Avaliação e Acompanhamento dos Processos de Ensino e Aprendizagem

“O essencial, com efeito, na educação, não é a doutrina ensinada, é o despertar”
(RENAN, 1997)

A estruturação de um programa de capacitação e aperfeiçoamento de competências pressupõe, necessariamente, que sejam contempladas atividades de avaliação e controle para permitir a correção de desvios e o reforço dos acertos.

Os programas educacionais, em sua perspectiva de prosseguimento, demandam ter a avaliação como atividade inerente à sua execução, vindo a subsidiar decisões aos seus proponentes e participantes, com vistas ao seu contínuo aprimoramento. Destaca-se dessa forma, a importância de se definirem indicadores que permitam o acompanhamento, de forma objetiva e confiável, das atividades em execução.

O Formar EaD, em caráter de educação continuada, deve ser considerado em um estado de permanente construção, em consonância com o delineamento das bases teóricas e metodológicas adotadas na estruturação dos cursos e atividades (menor unidade da estrutura), o que permite que sejam reorganizados e formatados novos cursos, pelo agrupamento de atividades, em atendimento às demandas espontâneas ou decorrentes do processo de avaliação.

Dessa forma, a Sema adota uma estratégia de planejamento incremental e articulada, que, a partir dos resultados aferidos em avaliações periódicas, conduz ao aprimoramento constante na oferta de cursos, tanto quanto à composição, quanto ao público-alvo e objetivos a serem alcançados.

A definição de indicadores que permitam avaliações dos resultados aferidos em relação aos objetivos traçados, não apenas possibilita a correção de estratégias e planos, como confere transparência na prestação de contas e apresentação de desempenho, contribuindo dessa forma para consolidação de uma relação de confiança entre a Sema e demais partes interessadas e, contribuindo decisivamente, para a perenidade do Programa.

Visando assegurar o alcance, qualidade do ensino-aprendizagem e impactos esperados do Programa Formar EaD, são definidos indicadores para acompanhamento e avaliação periódica dos resultados nas dimensões de eficiência, eficácia e efetividade tomando como base, tanto quanto possível, aspectos quantitativos. Porém, avaliações qualitativas, a partir das contribuições dos participantes, (seja na forma de demandas específicas e sugestões ou ainda pelo apontamento de desvios) estão previstas e serão consideradas.

Quanto à eficiência, o desempenho do Programa será avaliado em relação ao alcance e participação dos municípios nos temas propostos, assim como, em relação as contribuições em termos de críticas, sugestões e apresentação de demandas.

Em relação à eficácia, o acompanhamento estará relacionado ao o quanto se consegue alcançar do resultado esperado, ou seja, desenvolver e aprofundar as competências dos agentes públicos.

A avaliação de desempenho ocorrerá em duas dimensões, sendo a primeira a das pessoas, na qual se medirá o aprendizado, como atividade continuada, oferecendo elementos de feedback, que permitam aos participantes verificarem o seu progresso, redirecionando, sempre que necessário, as suas tarefas de aprendizagem. Na segunda dimensão, ocorrerá a avaliação de desempenho do Programa, na somatória das performances individuais quanto ao aprendizado e participação nos fóruns e debates.

Para que seja possível realizar uma avaliação adequada do desempenho e eficiência do Programa, seja no sentido de:

- a. O mesmo se mostrar indutor da atuação qualificada dos servidores e gestores para implantar e executar, com efetividade, a política ambiental e de recursos hídricos da Bahia e seus respectivos programas, projetos e planos,
- b. Ou ainda de promover o fortalecimento do controle ambiental e do controle social.

Se faz necessário a definição de indicadores de desempenho com monitoramento sistemático e periódico em relação às metas estabelecidas.



Indicadores de Desempenho

Para avaliação de desempenho em relação à abrangência e eficiência do processo, serão definidos e avaliados periodicamente os indicadores abaixo relacionados, no mínimo com periodicidade semestral, visando o acompanhamento sistemático dos resultados para subsídio das ações de sustentação e correção, quando se mostrarem necessárias.

Os municípios participantes e os agentes inscritos, por tema e curso ofertado, serão apurados quantitativamente quanto: (i) à participação, (ii) respectivo nível de aproveitamento e (iii) interação com demais participantes abordando questões pertinentes aos assuntos tratados.

O monitoramento dos indicadores deverá considerar, porém não se limitar a:

- Índice de participação nos cursos;
- Índice de conclusão dos cursos;
- Índice de aproveitamento dos cursos;
- Índice de satisfação dos participantes com relação ao conteúdo apresentado;
- Índice de satisfação com relação à tutoria;
- Índice de participantes que interagiram por meio dos *chats* e fóruns de discussão.

As metas propostas para os indicadores são:

- Percentual de participantes que iniciaram os cursos $\geq 90\%$ em relação ao total de inscritos;
- Percentual de participantes que concluíram os cursos $\geq 90\%$ em relação ao total de participantes que iniciaram os cursos;
- Percentual de aproveitamento dos cursos $\geq 80\%$;
- Percentual de satisfação com o conteúdo apresentado $\geq 70\%$;
- Percentual de satisfação com relação à tutoria $\geq 70\%$;
- Percentual de participantes interagindo nos *chats* e fóruns $\geq 50\%$.

O Anexo I apresenta a relação dos indicadores de desempenho com os objetivos do Programa Formar EaD, incluindo suas respectivas metas, para monitoramento.



Conclusão

O Programa de Formação em Meio Ambiente e Recursos Hídricos em sua modalidade à distância, Formar EaD, tem assim como objetivos gerais os de : (i) oferecer ações de desenvolvimento de pessoas em sintonia com as demandas do Sistema Estadual do Meio Ambiente (Sisema) e do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Segreh); (ii) potencializando recursos e esforços, mediante a implantação de um programa integrado de formação continuada; (iii) abrangendo os 417 municípios do Estado e à Região Metropolitana de Salvador.

O Programa pretende ainda contribuir para a promoção da educação e a formação continuada visando o empoderamento dos agentes públicos e demais atores sociais para intervirem, de modo qualificado, nos processos decisórios sobre o acesso aos recursos ambientais e seu uso, ajudando a superar assimetrias nos planos cognitivos e organizativos, em razão da multiplicidade socioeconômica e cultural dos envolvidos, indo além da disponibilização de informações e se dispondo a ser uma plataforma de troca de experiências e conhecimentos em busca da convergência e abordagens integradas de experiências e aprendizado com uma visão sistêmica.

O ambiente criado pelo Programa deverá fomentar a integração e interação dos agentes e demais partes interessadas de forma a diminuir custos, romper as barreiras da distância física, permitindo que pessoas com necessidades

semelhantes, tanto em nível de informação quanto em amadurecimento dos instrumentos institucionais de gestão pública disponíveis no município ou região ao qual estão vinculadas, possam trocar experiências, discutir perspectivas e, até mesmo, produzir confluências e propor soluções para atendimento às demandas locais de forma mais eficiente e abrangente.

Para que tais objetivos sejam alcançados a plataforma em que está instalado e operando o programa conta com conteúdos adequados (definidos com base nas próprias necessidades dos usuários) e com ferramentas de monitoramento, supervisão e modelagens que permitem medir o grau de efetividade e performance do seu uso e disseminação.

Metodologias de linha de base previa e acompanhamento periódico posterior (semestral e anual) serão implementados de forma a tornar transparente e mensurável a eficiência e performance da sua utilização bem como a sua efetiva adequação aos objetivos de curto, médio e longo prazo na definição, aplicação e aprendizado progressivo que contribua para o fomento, incremento e a qualidade das Políticas Públicas de Meio ambiente de Gestão de Recursos Hídricos no Estado da Bahia.



Referências Bibliográficas

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.
- BRASIL. Governo Federal. Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
- BRASIL. Governo Federal. Lei nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.
- BRASIL. Governo Federal. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Governo Federal. Lei Complementar nº 140 de 8 de dezembro de 2011. Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

- BAHIA. Governo da Bahia. Lei nº 10.431 de 20 de dezembro de 2006. Alterada pela Lei nº 12.377 de 28 de dezembro de 2011. Dispõe sobre a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia e dá outras providências.
- BAHIA. Governo da Bahia. Lei nº 11.612 de 08 de outubro de 2009. Alterada pela Lei nº 12.377 de 28 de dezembro de 2011. Instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos e cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
- BAHIA. Governo da Bahia. Lei nº 8.538 de 20 de dezembro de 2002. Modifica a estrutura organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual e da outras providências.
- BAHIA. Governo da Bahia. Lei nº 12.212 de 4 de maio de maio de 2011. Modifica a estrutura organizacional de cargos em comissão da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, e da outras providências.
- BAHIA. Governo da Bahia. Resolução CEPRAM nº 4.327 de 31 de outubro de 2013. Alterada pela Resolução CEPRAM nº 4.420 de 27 de novembro de 2015. Dispõe sobre as atividades de impacto local de competência dos Municípios, fixa normas gerais de cooperação federativa nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente e ao combate da poluição em qualquer de suas formas.
- BAHIA. Governo da Bahia. Instrução nº 016 de 15 de junho de 2015. Orienta os órgãos e entidades da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, quanto aos procedimentos referentes à execução de ações de capacitação.
- ARAÚJO, MCC., LIRA, WS., and CÂNDIDO, GA. Gestão integrada e participativa: uma análise comparativa entre os modelos de Rossetto e o modelo trade-off. In: LIRA, WS., and CÂNDIDO, GA., orgs. Gestão sustentável dos recursos naturais: uma abordagem participativa [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2013, pp. 81-103. ISBN 9788578792824. Available from SciELO Books.
- CARVALHO, F. A., ORTEGA, J. A., FAÇANHA, L. O. Projeto avaliação de financiamentos a empresas: uma proposta metodológica. Rio de Janeiro: BID/Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), 1984.
- FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. São Paulo: Cortez, 1982
- FREIRE, P; FREIRE. A.M.A. Pedagogia dos sonhos possíveis. Ed. UNESP. 2001 a. Coleção Educação e mudança vol.1.9ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, P. Educação e mudança. Coleção Educação e mudança vol.1.9ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- MINAYO, M. C. de S.; ASSIS, S. G. de; SOUZA, E. R. de (orgs.) Avaliação por triangulação de métodos: abordagens de programas sociais. 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: EDFIOCRUZ, 2006.
- RENAN, Ernest. O que é uma nação? In ROUANET, Maria Helena (org.) Nacionalidade em questão. Caderno Pós/Letras nº. 19. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.
- RIBEIRO do Rego, Melissa e FERREIRA, Claudio José, Gestão Ambiental Compartilhada, SARAIVA, online.
- SANTOS da Silva, Robson. Gestão de EAD – Ensino a Distância na Era Digital, NOVATEC.
- Santos Silva, Robson. MOODLE 2 Para autores e tutores, Educação a Distância na Web 2.0Gestão de EAD – Ensino a Distância na Era Digital, NOVATEC.
- WORTHEN, B. R.; SANDERS, J. R.; FITZPATRICK, J. L. Avaliação de programas: concepções e práticas. São Paulo: Editora Gente, 2004.

Quadros de Indicadores de Desempenho do Programa Formar EaD

Indicadores Gerais do Programa Formar EaD

Objetivos do Programa Formar EAD	Indicador	Meta	Forma de Obtenção do Resultado
<p>Instrumentalizar os agentes de acordo com a legislação para atuarem estrategicamente na implementação das ações referentes à gestão ambiental e de recursos hídricos</p> <p>Criar condições necessárias para que os membros dos colegiados e profissionais que atuam em órgãos integrantes do Sisema e do Segreh possam cooperar para uma atuação efetiva na gestão ambiental integrada do Estado</p>	Índice de participação nos cursos	≥ 90%	<p>Comparação entre total de participantes inscritos e total de participantes que iniciaram os cursos</p> $\frac{\text{Total de participantes que iniciaram os cursos}}{\text{Total de participantes inscritos}} \times 100$
	Índice de conclusão dos cursos	≥ 90%	<p>Comparação entre o total de participantes que iniciaram e que concluíram os cursos de capacitação</p> $\frac{\text{Total de participantes que concluíram os cursos}}{\text{Total de participantes que iniciaram os cursos}} \times 100$
	Índice de aproveitamento dos cursos	≥ 70%	<p>Avaliação das atividades de avaliação de conteúdo realizadas pelos participantes por curso</p> $\frac{\text{Pontuação obtida pelos participantes}}{\text{Pontuação máxima possível}} \times 100$
	Índice de satisfação dos participantes com relação ao conteúdo apresentado	≥ 70%	<p>Avaliação do resultado geral da pesquisa de satisfação (avaliação de reação) feita pelos participantes após a conclusão dos cursos</p> $\frac{\text{Pontuação obtida na avaliação de reação}}{\text{Pontuação máxima possível}} \times 100$
	Índice de satisfação com relação à tutoria	≥ 70%	<p>Avaliação do resultado da satisfação com relação aos tutores feita pelos participantes após a conclusão dos cursos. Essa questão será apresentada na Avaliação de Reação</p> $\frac{\text{Pontuação obtida na avaliação de reação com relação aos tutores}}{\text{Pontuação máxima possível com relação à atuação dos tutores}} \times 100$
	Índice de participantes que interagiram por meio dos chats e fóruns de discussão.	≥ 50%	<p>Comparação entre o total de alunos participantes de chats e fóruns, em relação ao total de inscritos nos cursos</p> $\frac{\text{Total de alunos participantes de chats e fóruns}}{\text{Total de participantes inscritos}} \times 100$

Indicadores Específicos por Área Temática

Objetivos do Programa Formar EAD	Indicador	Meta	Forma de Obtenção do Resultado
Assegurar melhoria contínua na condução dos processos de Licenciamento Ambiental no Estado da Bahia, dos mais simplificados aos mais complexos	Índice de conclusão no tema Licenciamento Ambiental	≥90%	Comparação entre total de participantes que concluíram os cursos do tema em relação ao planejamento inicial $\frac{\text{Total de participantes que concluíram os cursos} \times 100}{\text{Planejamento inicial}} \times 100$
Aumentar os níveis de eficiência e eficácia no planejamento ambiental do Estado e dos municípios, fortalecendo a gestão ambiental compartilhada, mediante a adoção de instrumentos e ferramentas de gestão do território que permitam o adequado posicionamento para os problemas socioambientais	Índice de conclusão no tema Planejamento Ambiental	≥90%	Comparação entre total de participantes que concluíram os cursos do tema em relação ao planejamento inicial $\frac{\text{Total de participantes que concluíram os cursos}}{\text{Planejamento inicial}} \times 100$
Promover a otimização da gestão ambiental do Estado mediante melhoria de desempenho na utilização dos Sistemas de Informações Geográficas	Índice de conclusão no tema Geotecnologia aplicada à Gestão Ambiental	≥90%	Comparação entre total de participantes que concluíram os cursos do tema em relação ao planejamento inicial $\frac{\text{Total de participantes que concluíram os cursos}}{\text{Planejamento inicial}} \times 100$
Assegurar efetividade na formulação, implantação, execução e avaliação de programas, projetos e planos ambientais e dos recursos hídricos do estado da Bahia	Índice de conclusão no tema Gestão Integrada dos Recursos Hídricos	≥90%	Comparação entre total de participantes que concluíram os cursos do tema em relação ao planejamento inicial $\frac{\text{Total de participantes que concluíram os cursos}}{\text{Planejamento inicial}} \times 100$
Contribuir para elaboração de estratégias e instrumentos de gestão integrada que possam minimizar práticas incorretas na utilização de recursos naturais, promover a conservação e recuperação da biodiversidade e o manejo sustentável da cobertura florestal	Índice de conclusão no tema Gestão Ambiental Estratégica	≥90%	Comparação entre total de participantes que concluíram os cursos do tema em relação ao planejamento inicial $\frac{\text{Total de participantes que concluíram os cursos}}{\text{Planejamento inicial}} \times 100$
Fortalecer e ampliar a participação e controle social no âmbito da política de recursos hídricos e gestão pública das águas	Índice de conclusão no tema Gestão Integrada dos Instrumentos da Política Ambiental	≥90%	Comparação entre total de participantes que concluíram os cursos do tema em relação ao planejamento inicial $\frac{\text{Total de participantes que concluíram os cursos}}{\text{Planejamento inicial}} \times 100$
Empoderar os atores sociais, conselheiros e gestores, envolvidos na conservação e gestão de áreas protegidas do Estado da Bahia e, conseqüentemente, fortalecer sua participação na gestão socioambiental do Estado	Índice de conclusão no tema Conservação da Biodiversidade	≥90%	Comparação entre total de participantes que concluíram os cursos do tema em relação ao planejamento inicial $\frac{\text{Total de participantes que concluíram os cursos}}{\text{Planejamento inicial}} \times 100$
Incentivar a atuação das instituições por meio de instrumentos legais e financeiros capazes de promover o equilíbrio ecológico, mantendo as condições ideais dos recursos naturais ou recuperando áreas e sistemas específicos	Índice de conclusão no tema Manejo da Cobertura Florestal	≥90%	Comparação entre total de participantes que concluíram os cursos do tema em relação ao planejamento inicial $\frac{\text{Total de participantes que concluíram os cursos}}{\text{Planejamento inicial}} \times 100$
Incentivar a atuação das instituições por meio de instrumentos legais e financeiros capazes de promover o equilíbrio ecológico, mantendo as condições ideais dos recursos naturais ou recuperando áreas e sistemas específicos	Índice de conclusão no tema Governança Costeira	≥90%	Comparação entre total de participantes que concluíram os cursos do tema em relação ao planejamento inicial $\frac{\text{Total de participantes que concluíram os cursos}}{\text{Planejamento inicial}} \times 100$

Imagens Arquivo Sema

Rui Rezende

Imagens obtidas na internet - uso não comercial

<http://nordesterural.com.br/wp-content/uploads/2015/04/Caatinga-manejo.jpg>

<https://www.jornalgrandebahia.com.br/wp-content/uploads/2014/05/Rio-São-Francisco-2.jpg>

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/c8/Pôr_do_sol_no_cerrado_07.jpg

<http://wallpapercave.com/wp/wp1860188.jpg>

http://www.brasil.gov.br/ciencia-e-tecnologia/2015/06/pesquisadores-do-nucleo-da-caatinga-integram-programa-com-a-dinamarca/flab85f694_grande.jpg/image_view_fullscreen

<http://aguasdobrasil.org/wp-content/uploads/2013/10/4-7-Paulo-Afonso-Foto-CBHSF1.jpg>